



## Pressuposição: fato lingüístico ou pragmático?

Verônica de Fátima Camargo Soares

Mestranda em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo  
[vcamargosoares@hotmail.com](mailto:vcamargosoares@hotmail.com)

### Resumo

Neste artigo nos propomos a estudar o fenômeno da pressuposição, sob dois pontos de vista diferentes: o lingüístico e o pragmático. Tomamos Ducrot como autor base para o estudo da pressuposição como fator lingüístico, pois sua preocupação concentra-se no que está inscrito na língua, não nas ideologias que a circundam, já que prioriza o contexto lingüístico (e não o pragmático). Como base para o estudo da pressuposição como fator pragmático, tomamos Austin que, por sua vez, considera a pressuposição como uma condição de emprego do próprio enunciado, vez que transfere a análise de uma sentença e de seus constituintes para as condições de uso dessa sentença.

**Palavras-chave:** Pressuposição. Atos de fala. Fator linguistic. Fator pragmático.

### Abstract

In this essay we propose to study the phenomenon of the presupposition, on two different points of view: the linguistic one and the pragmatic one. We are in accordance to Ducrot to deal with the study of presupposition as a linguistic factor; well he is concerned with what is inscribed in the language, not about ideologies that goes around it, because he prioritizes the linguistic context (not the pragmatic one).

As a basis to the study of the presupposition as a pragmatic factor we are in accordance to Austin, who, on the other hand, considers the presupposition as a condition to the employment of the enunciation, he transfers the analysis of a sentence and its parts to the conditions of the use of the sentence.

**Key-words:** Presupposition. Acts of speech. Linguistic factor. Pragmatic factor.

### 1. Introdução

Com a publicação dos estudos de Saussure, através da obra *Curso de Lingüística Geral*, no início do século XX, as investigações sobre a linguagem passaram a ser

reconhecidas, dando origem à ciência chamada Linguística. No começo, essa nova ciência não era autônoma, submetia-se a outros estudos, como filosofia, lógica, história, crítica literária, entre outras, mas, posteriormente, seu trabalho focalizou-se na investigação científica da linguagem humana.

A importância da linguagem é inquestionável, já que foi necessária a criação de uma ciência que se prestasse a investigá-la. É possível pensar na linguagem como um lugar onde se manifestam as diferentes línguas naturais, que, por sua vez, se modificam constantemente, já que não são estanques, mas vivas. Foi Saussure que introduziu a ideia de língua como instrumento de comunicação em oposição à ideia de língua como mera representação da estrutura do pensamento.

Ao prosseguir com os estudos sobre a linguagem, pesquisadores começaram a observar melhor as condições que governam a sua utilização, tecendo contrapontos entre estrutura e uso. Foi assim que se deu início à Pragmática, que, segundo Fiorin (2002), procura descobrir os vários princípios que governam os diferentes sentidos dados pelo uso da linguagem.

Atualmente, os linguistas também se preocupam com a função social da linguagem, levando em consideração que a língua é uma atividade social e histórica, realizada por sujeitos racionais, que são capazes de avaliar, julgar, criticar, emitir juízos de valor, etc. Segundo Koch (1984), a interação verbal por meio da língua é caracterizada pela argumentatividade, já que toda ação verbal é dotada de intencionalidade e em todo discurso subjaz uma ideologia.

Pensando na linguagem como um lugar de intervenção social e ideológica por meio de sujeitos que operam sobre a língua, nos propomos, neste trabalho, a estudar a pressuposição, informações que podem ser inferidas a partir das sentenças, com a finalidade de perceber conteúdos implícitos que permeiam e regulam as falas dos indivíduos. Serão propostas duas perspectivas diferentes sobre a pressuposição: a primeira prioriza o contexto linguístico, com uma concepção relacional, estrutural, em que o enunciado é sempre estratégico. A segunda, por sua vez, prioriza o contexto pragmático, que se preocupa com o extralinguístico, com as condições que devem ser satisfeitas para que o enunciado faça sentido e cumpra sua função.

Para contrapor as duas perspectivas, será proposta uma análise entre a teoria proposta por Ducrot, estudioso que concentra seu trabalho no nível linguístico, pois defende que a pressuposição está inscrita na língua; e a teoria proposta por Austin, filósofo de Oxford, que concentra seu trabalho no campo pragmático, pois considera a pressuposição como condição de emprego, ou seja, um ato que se realiza e se produz como parte integrante do sentido.

## 2. A Pressuposição

Os diversos discursos, aos quais somos submetidos cotidianamente, tais como os religiosos, os políticos ou jurídicos, podem ser compreendidos, de maneira mais crítica, quando nos propomos a pensar sobre as pressuposições, espécie de inferência, ou seja, informações que o enunciado contém fora da mensagem propriamente dita, fora do que se expressa na materialidade do enunciado.

É possível encontrar definições sobre pressuposição em diferentes dicionários de linguística. Segundo Ilari e Geraldi (2004) a pressuposição é um tipo particular de inferência.

Considere-se a sentença *A mulher de João gerencia uma butique*. Quando ouvimos essa sentença estamos imediatamente autorizados a derivar dela a seguinte inferência: João é casado. Isso é um exemplo de pressuposição: dizemos que a primeira sentença (*A mulher de João gerencia uma butique*) pressupõe a segunda (*João é casado*) (ILARI; GERALDI, 2004).

Ilari e Geraldi ainda afirmam que a pressuposição difere, sob vários aspectos, de outros tipos de inferência, tais como a implicatura conversacional, o acarretamento e a negação. Eles citam o exemplo “*A mulher de João gerencia uma butique*”, para comprovar que, mesmo negando a sentença “*Não é verdade que a mulher de João gerencia uma butique*”, o pressuposto continua sendo que João é casado. Sendo assim, seriam incoerentes tais afirmações se João fosse solteiro, pois “uma pressuposição de um enunciado P é alguma coisa que precisa ser verdade como condição prévia para que P seja uma coisa plausível de se dizer” (TRASK, 2004).

Segundo Mattoso Câmara Júnior, a relação de pressuposição também pode ser entendida como uma relação entre duas grandezas (unidades linguísticas) de forma que a existência de uma é a condição necessária para a existência da outra, pois a presença do determinante acarreta, necessariamente, a de um substantivo:

[...]Esta relação é dita unilateral se uma das grandezas for a condição da outra, mas não vice-versa. Assim, o determinante acarreta presença de substantivo, mas inversamente, a presença de um substantivo (substantivo próprio, por exemplo) não é condição necessária para presença do determinante. A relação de pressuposição é dita “recíproca” se uma grandeza for a condição de outra e vice-versa (CÂMARA JR., 1967).

Em Ducrot (1972) ainda é possível depreender que os pressupostos de um enunciado são uma espécie de contexto imanente, são as informações que ele contém fora da mensagem

propriamente dita e que o falante apresenta como indiscutíveis, evidentes, como no exemplo “É Pedro quem virá”, que pressupõe o enunciado “Pedro virá”. Sendo assim, um enunciado A pressupõe um enunciado B, se A tiver todas as informações veiculadas por B. Entretanto, se questionarmos A “Será que Pedro virá?”, ficarão obscuras as informações já veiculadas. “A discussão entre o que é posto (dito) e o que é pressuposto implica a oposição entre a pressuposição e a posição (dictum)”.

Essa visão panorâmica a respeito das várias definições de pressuposição é relevante para a compreensão do que se entende, *grosso modo*, por pressuposição, com vistas ao posterior entendimento do que seja o fenômeno linguístico do ato de pressupor.

### **3. Pressuposição segundo Ducrot**

Em seu percurso, Ducrot trabalha, fundamentalmente, a noção de pressuposição, deixando transparecer em sua obra uma série de reformulações feitas ao longo de sua trajetória. Koch (1996) afirma que, em 1966, Ducrot definia as pressuposições como condições de emprego dos enunciados, seguindo a linha da filosofia analítica inglesa. Já em 1972, passa a considerá-las como parte integrante do sentido, declarando que “[...] pressupor não é dizer o que o ouvinte sabe ou o que se pensa que ele sabe ou deveria saber, mas situar o diálogo na hipótese de que ele já soubesse” (DUCROT, 1972).

Para Ducrot, a verdade não está no mundo, mas na construção que se faz dele no jogo interlocutivo/argumentativo entre indivíduos. A admissão da intersubjetividade na linguagem nos leva a considerar que a língua estabelece uma grande variedade de relações inter-humanas para as quais as línguas oferecem não apenas a ocasião e o meio, mas também o quadro institucional, a regra. Então a língua não é apenas o lugar onde os indivíduos se encontram, mas impõe a esse encontro formas bem determinadas, como num jogo, cujas regras se confundem com a existência cotidiana.

O autor continua suas declarações ao propor que os pressupostos de um enunciado podem ser, fundamentalmente, condições impostas ou, fundamentalmente, elementos do conteúdo do enunciado. No primeiro caso, o pressuposto é, em primeiro lugar, condição de emprego, condição de verdade. Liga-se à noção de emprego normal: só seria normal dizer “*Pedro sabe que João veio*” se, de fato, *João veio*. Nesse exemplo, os interlocutores devem admitir a verdade de certos pressupostos, para que o enunciado faça sentido. No segundo caso, entendendo os pressupostos como elementos do conteúdo, o pressuposto está contido no

sentido dos enunciados. No exemplo “*Pedro sabe que João veio*”, fica implícito que *João veio* através da própria arquitetura linguística.

Não se pode negar o pressuposto, caso contrário o enunciado não terá valor lógico, ou seja, não será verdadeiro nem falso. As condições de verdade dos pressupostos foram tratados inicialmente por Frege (1892), em um artigo sobre o Sentido e a Referência.

As pressuposições são utilizadas para estabelecer os limites do discurso, isto é, impor o enquadramento necessário para a situação comunicativa. Para que uma conversação prossiga, os participantes do discurso precisam aceitar os pressupostos colocados pelo locutor, caso contrário, a comunicação é interrompida pela recusa ao diálogo oferecido. Sendo assim, Ducrot defende que o ato de pressupor altera o direito de falar do interlocutor, enquadrando-o no diálogo oferecido pelo locutor.

Segundo Ducrot a pressuposição é um ato de linguagem particular, e os pressupostos são os conteúdos semânticos por este visados. Ele a considera como um ato ilocucional, pois o ato de pressupor determina as possibilidades de fala do interlocutor. Nesse contexto comunicativo, a pressuposição pode ser utilizada como um instrumento interessante, capaz de influenciar ou persuadir os participantes do discurso. Portanto, a pressuposição é um ato ilocucional que pode servir para fins perlocucionais.

Por fim, esse importante autor estruturalista, que trabalha a pressuposição no nível linguístico, admite que é o locutor quem cria, quem manipula os enunciados quando assume papéis na “comédia da fala”. Ele busca na filosofia analítica de Oxford a ideia de que a função primordial da linguagem é a argumentação, através dos atos de fala. Entretanto, defende que a argumentação está inserida na língua, pois as palavras apontam para a enunciação. Ou seja, sua preocupação concentra-se no que está inscrito na língua, não nas ideologias que a circundam, já que prioriza o contexto linguístico (e não o pragmático). Na pragmática, o que é estratégico são as condições, o extra-linguístico, ao contrário de sua concepção, em que a linguagem é que cria o contexto, sendo o enunciado sempre estratégico.

#### ***4. Pressuposição segundo Austin***

Austin, importante filósofo da escola de Oxford, considera a pressuposição como uma condição de emprego do próprio enunciado, vez que transfere a análise de uma sentença e de seus constituintes para as condições de uso dessa sentença.

Os filósofos analíticos de Oxford, principalmente Austin, dedicaram-se ao estudo daquilo que se faz quando se fala, ou seja, dos atos de linguagem. Postularam sobre os atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários. Realizar, um ato locucionário equivale a dizer que ao proferirmos determinada sentença com determinado sentido e referência perpassamos o campo da significação. Já os atos ilocucionários, são utilizados para informar, ordenar, prevenir, avisar, comprometer-se, etc., pois são proferimentos que têm um certo peso convencional e encerram a “força” com que os enunciados são produzidos. Os atos perlocucionários, por sua vez, são aqueles produzidos porque dizemos algo, tais como convencer, persuadir, impedir, surpreender ou confundir. Esses atos dizem respeito aos efeitos visados pelo uso da linguagem.

Um dos famosos exemplos de Austin é oração “*Todos os filhos de João são calvos*”, que pressupõe que João tenha filhos. Se João não tem filhos, qualquer afirmação a propósito deles é nula por falta de referente - é o caso da pressuposição. O que pressupõe a existência do referente é o fato de se falar dele, de o nomear. A enunciação baseia-se sempre em determinados pressupostos, que nunca são afetados pela afirmação ou negação do enunciado.

Esse filósofo defende a idéia que não apenas os enunciados assertivos possuem pressupostos, generalizando esse fenômeno para os demais atos de linguagem, tais como a interrogação, a ameaça, a ordem, etc. Segundo o autor, a asserção é “*um ato de linguagem entre vários outros*” (Koch, 1996, *op. Cit.*). Esses atos, por sua vez, precisam preencher certas condições de felicidade (exigências subjetivas e objetivas) para serem realizados, caso contrário, serão impedidos de atingirem seus objetivos.

As exigências subjetivas estão relacionadas às condições de sinceridade, e são constituídas por um conjunto de sentimentos, desejos e intenções, necessários para que o ato seja considerado sério. Já as exigências objetivas são aquelas indispensáveis para a realização do ato, que só ocorrem em situações particulares, tais como as declarações “*Eu vos declaro marido e mulher*”, “*Declaro aberta a sessão*” e “*Eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo*”.

Austin busca compreender a íntima relação entre estes aspectos da pressuposição e as formas de infelicidade dos performativos. Se as condições de felicidade não forem satisfeitas, o proferimento será vazio. Para que exista valor de verdade nos enunciados, é necessário que o interlocutor reconheça no locutor competência e honestidade, para que ocorra o enquadramento do discurso. Devemos levar em consideração a situação em que se faz o proferimento, isto é, o ato de fala em sua totalidade, para que possamos perceber o paralelismo que há entre a declaração e o proferimento performativo, que emerge

progressivamente da lógica. Exemplo: “*Eu vos declaro marido e mulher*”, é uma declaração que se encerra num determinado contexto, para que seja possível assimilar o proferimento supostamente constatativo ao performativo.

Por fim, concluímos que para Austin dizer é fazer, ou seja, realizamos algo quando proferimos determinadas sentenças em determinados contextos particulares. A linguagem pode se tornar uma ação, desde que sejam atendidas algumas condições para a sua realização. Essas condições são consideradas pressuposições, já que, sem a ocorrência delas o ato de dizer será infeliz ou nulo.

#### ***4. A relação entre pressuposição segundo Ducrot e os atos de fala segundo Austin***

Ducrot defende, em sua obra *Princípios de Semântica Lingüística (dizer e não dizer)*, que o conteúdo pressuposto faz parte do sentido do enunciado, ou seja, a pressuposição está inscrita na língua. A pressuposição é um ato de linguagem particular, e os pressupostos são os conteúdos semânticos por este visados. Ele a considera como um ato ilocucional, que determina as possibilidades de fala do interlocutor. Por essa razão, a pressuposição pode ser utilizada como um importante instrumento na comunicação, capaz de influenciar ou persuadir os participantes do discurso.

[...] pressupor não é dizer o que o ouvinte sabe ou o que se pensa que ele sabe ou deveria saber, mas situar o diálogo na hipótese de que ele já soubesse; é desempenhar o papel de alguém de quem o ouvinte sabe que... Nossa esperança é, portanto, que a especificidade do pressuposto em relação ao posto, difícil de ser descrita tanto em termos de condição de emprego como de modalidade afirmadas, se deixe melhor caracterizar em termos de atitude linguística, de jogo de fala. (DUCROT, 1972, p. 77-78).

Já Austin, filósofo analítico de Oxford, considera a pressuposição como uma condição de emprego do próprio enunciado, vez que transfere a análise de uma sentença e de seus constituintes para as condições de uso dessa sentença. Propõe que a pressuposição é uma condição de emprego para a realização de um ato de fala. Segundo Koch, o autor considera que “[...] não só os enunciados assertivos possuem pressupostos, generalizando o fenômeno para outros atos da linguagem, como a interrogação, a ameaça, a ordem, a promessa: dá assim, à asserção o estatuto de um ato de linguagem entre vários outros.” (KOCH, 1984, p.52).

Apesar das pequenas divergências nas duas teorias propostas, ambos estudiosos consideram a importância desse fenômeno linguístico que é a pressuposição. Tanto Ducrot quanto Austin, admitem que a pressuposição é um ato ilocucional, ou seja, um ato que, de certa forma, obriga o interlocutor a interagir na situação de comunicação. Com isso, concluímos que essa é uma ferramenta estratégica para a argumentação e a utilização da linguagem.

### ***5. Considerações finais - Pressuposição: fator linguístico ou pragmático?***

A afirmação de que nenhuma ação verbal está livre de intencionalidades e ideologias deve nos instigar a tecer um olhar diferenciado sobre os diversos discursos que nos cercam a todo instante, sejam eles acadêmicos ou informais, filosóficos ou religiosos, políticos ou juristas. Pensar sobre o que há por detrás das palavras é um exercício para construção de um saber crítico e ampliação do conhecimento de mundo. Fora da mensagem propriamente dita, podem estar informações preciosas para compreensão de assuntos que, muitas vezes, são de grande importância para nossas próprias vidas.

No jogo interlocutivo/argumentativo a língua estabelece uma infinidade de relações inter-humanas, muitas vezes usadas para demarcar os lugares sociais de cada indivíduo. O discurso precisa enquadrar os interlocutores para convencer, persuadir, emocionar determinar, ordenar, etc, pois, como afirma Ducrot, “[...] a língua não é apenas o lugar onde os indivíduos se encontram, mas impõe a esse encontro formas bem determinadas”.

As duas grandes correntes sobre a pressuposição mencionadas neste trabalho procuram defini-la ou como fator linguístico, defendida por autores mais estruturalistas, ou como fator pragmático, defendida por autores mais pragmaticistas. Ao observar as duas correntes, através dos dois autores tomados como base (Ducrot e Austin), chegamos à conclusão de que as duas teorias se imbricam, pois são indispensáveis na formação do sentido da enunciação. Ducrot admite precisar dos fatores pragmáticos para analisar esse fenômeno linguístico, assim como Austin deixa transparecer que a estrutura dos enunciados são fundamentais para a realização dos atos de fala.

Por fim, para ilustrar a importância do estudo sobre a pressuposição, propomos uma rápida análise de três charges políticas, que circularam em importantes jornais do país. Por meio dos textos, podemos observar que é necessário o conhecimento prévio dos pressupostos, para uma interpretação segura da charge.





- *Quem não critica o bolsa família é ignorante e imbecil.*
- *É falso que quem critica o bolsa família é ignorante e imbecil.*
- *Quem critica o bolsa família é ignorante e imbecil?*

Mesmo ao negar e interrogar o enunciado, o pressuposto continua intacto: **“criticam o bolsa família”**.

- *É falso que quem apoia o Sarney (é ignorante e imbecil)?*

Mesmo ao negar o enunciado, que já está na interrogativa, o pressuposto continua intacto: **“Alguém apoia o Sarney.”**



- *Não está fazendo 40 anos que o homem pisou na lua.*
- *É falso que está fazendo 40 anos que o homem pisou na lua.*
- *Está fazendo 40 anos que o homem pisou na lua?*

Mesmo ao negar ou interrogar, o pressuposto permanece intacto: **“o homem pisou na lua”**.

- *É falso que depois de ver o Lula defender o Sarney eu não duvido de mais nada.*
- *Depois de ver o Lula defender o Sarney eu não duvido de mais nada?*

Mesmo ao negar ou interrogar, o pressuposto permanece intacto: **“Lula defendeu o Sarney”**.



O humor da charge consiste na impossibilidade de o presidente do Conselho de Ética do Senado (Paulo Duque, PMDB – RJ) “absolver” o senador Sarney de qualquer “penitência”, já que não é um líder religioso. Todavia, sabemos que as acusações contra Sarney foram arquivadas, ou seja, de certa forma ele foi “inocentado”...

Como propõe Austin, para que o ato de fala seja considerado sério, é necessário que sejam preenchidas certas condições de felicidade em situações particulares. Quem pode batizar ou perdoar os pecados de alguém, conforme propõe a charge, senão o padre num contexto específico? (A imagem nos permite admitir que se trata de um ritual católico).

### ***Referências***

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1967.

CHARGE ON LINE. Disponível em:< <http://www.acharge.com.br/index.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2009.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica lingüística (dizer e não dizer)*. São Paulo: Cultrix, 1977.

FIORIN, José Luiz (Org). *Introdução à lingüística*. São Paulo: Contexto, 2007.

FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido*. Campinas: Pontes, 1995.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. 4º ed. São Paulo: Ática, 1990.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 4º Edição. São Paulo: Cortez, 1996.

TRASK, R. L. *Dicionário de lingüística*. Tradução de Rodolfo Ilari; Revisão técnica de Ingedore Villaça Koch e Thaís Cristófaró Silva. São Paulo: Contexto, 2004.